



A AMEAÇA GERMÂNICA NO BRASIL

Os imigrantes alemães e a questão lingüística durante a Primeira República

THE GERMAN THREAT IN BRAZIL

The German immigrants and the linguistic question during the First Republic

Alexandre Marcelo Bueno
USP – Universidade de São Paulo

Resumo: Este trabalho faz uma análise semiótica de um texto de Silvio Romero, no qual o autor constrói uma imagem negativa dos imigrantes alemães residentes no Brasil. O texto contém também uma crítica à tolerância do governo brasileiro em relação a esses imigrantes, o que permitiria a fundação de um estado alemão no sul do país.

Palavras-chave: imigração alemã; semiótica francesa; intolerância; Silvio Romero.

Abstract: This article is a semiotic analyse of a Sílvio Romero text, than builds a negative image of the German immigrants in Brazil. The same text also criticizes the tolerance of the Brazilian government about these immigrants, that can cause the foundation of a German state in the south of Brazil.

Keywords: German immigration; French semiotics; intolerance; Silvio Romero.

Introdução

No texto “Allemanismo no Sul do Brasil”¹ (1910), Silvio Romero defende a idéia de que os alemães residentes nos estados do sul do Brasil não se deixavam assimilar pela sociedade brasileira, em decorrência de seu forte apego aos valores germânicos, dentre os quais ele identifica a língua alemã. A crítica ao modo de ser dos alemães serviu também para o autor criticar o processo de colonização e a tolerância excessiva do governo brasileiro em relação a esses imigrantes.

O texto está organizado em três partes. Na primeira, o autor utilizou como argumentação a citação de outros discursos, para construir a imagem negativa do alemão. A utilização desse recurso argumentativo permitiu ao autor realizar uma analogia entre a invasão germânica que ocorrera no Império Romano e a situação brasileira de seu tempo. Na segunda

¹. Optamos por manter a grafia original do título e dos trechos transcritos do texto, para não haver qualquer interferência em seu entendimento.

parte, afirmou, por meio de uma série de citações de artigos publicados no *Jornal do Commercio* (e em outros), que os alemães tinham um projeto de independência dos Estados da região sul do país em relação ao restante do Brasil. Para confirmar essa “intenção” dos alemães, o autor recorreu à imagem histórica dos alemães (desenvolvida na primeira parte do texto) e também ao modo como eles se comportavam em relação aos brasileiros. Na terceira parte, mostrou como o governo brasileiro era enganado pelos alemães, que utilizavam a dissimulação para impedir que fosse percebido o projeto de uma nação alemã na América do Sul.

Veremos como existe no texto um preconceito responsável pela formação da imagem negativa dos alemães (de um modo geral) e por uma intolerância relacionada à necessidade (mesmo que implícita) de tomar medidas drásticas para o que se considerava um mal e um perigo para o país.

Por isso apresentaremos, a seguir, o conceito de intolerância e seus correlatos (preconceito, tolerância, etc.), que servirão de suporte para a análise do referido texto, a partir ao quadro teórico da semiótica greimasiana.

Algumas considerações acerca dos conceitos de tolerância e de intolerância

Para a análise do conceito de tolerância e de intolerância, em uma perspectiva semiótica, utilizaremos inicialmente os conceitos elaborados por Landowski (2002), dos quais faremos apenas uma rápida exposição, para o exame das relações entre identidade e alteridade. Ao elaborar uma tipologia das estratégias identitárias, o autor propõe quatro conceitos: assimilação, exclusão, admissão e segregação. Os conceitos de assimilação e exclusão se assentam no princípio do apagamento das diferenças constitutivas do Outro, ao contrário das categorias de admissão e segregação, que procuram manter os elementos distintivos da alteridade, seja para aceitá-los ou valorizá-los, seja para ignorá-los ou denegá-los.

O autor usa os conceitos de conjunção e disjunção da teoria semiótica para estabelecer sua tipologia da identidade. Esses conceitos não são tomados como mediadores entre sujeito e objeto, já utilizados pela semiótica, mas entre sujeitos em interação (LANDOWSKI, 2002, p. 15).

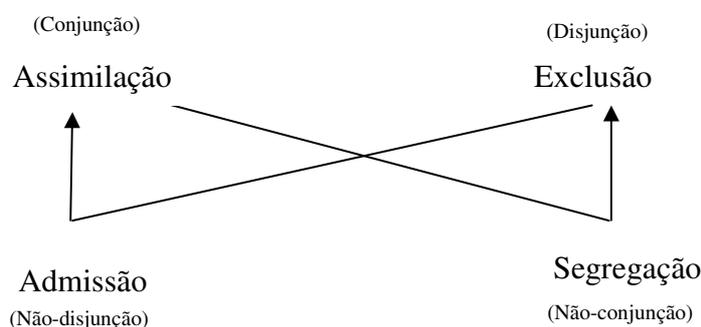


Figura I: Sujeitos em interação

A assimilação parte do princípio de que o Outro, para se integrar ao grupo detentor dos valores “corretos e universais”, deve renegar seus traços constituintes para poder se tornar o Mesmo (LANDOWSKI, 2002, p. 8). Há, assim, um crer subjacente no discurso da assimilação, que prevê a possibilidade de a alteridade tornar-se identidade, ou melhor, de a alteridade entrar em conjunção perfeita e total com a identidade.

Na exclusão, há uma negação total do Outro, justamente por causa dos traços que constituem essa alteridade. No discurso da exclusão, defendem-se os valores do grupo de referência, ou seja, da identidade. Dessa forma, a alteridade é construída disforicamente, pois o Outro não tem os valores “corretos e adequados” para fazer parte do grupo de referência e, por isso, deve ser negado qualquer tipo de relação com ele. A crença desse discurso é a da pureza e homogeneidade como definidoras do Mesmo.

A admissão se configura pela aceitação dos traços diferenciais do Outro, porque não se crê em uma alteridade radical, na qual não haveria nenhum traço em comum entre o Mesmo e o Outro. Esse discurso se caracteriza pela possibilidade de uma relação entre identidade e alteridade, uma vez que sempre há ao menos um traço em comum entre esses dois estatutos.

O discurso da segregação, por seu turno, não crê na exclusão total, mas na manutenção de um certo distanciamento necessário, para que não haja uma mistura dos elementos que distinguiriam a identidade e a alteridade. A segregação estabelece, então, a manutenção de uma certa distância em relação à alteridade, mas sem negar a existência do Outro.

A construção de uma tipologia das identidades implica também a construção de uma tipologia da alteridade. Landowski elabora os estilos de vida da alteridade. Esses estilos de vida se caracterizam por estratégias definidas em relação a um determinado centro de referência. Na tipologia estabelecida, o centro de referência para essas formas de alteridade é o “Sr. Todo Mundo”, isto é, o padrão normativo de comportamentos e de valores do grupo de referência. Nas palavras do autor, o “Sr. Todo Mundo” se caracteriza “essencialmente por seu senso de adequação: sabe oferecer a todo instante as marcas de uma perfeita adesão às normas do grupo ao qual pertence” (LANDOWSKI, 2002, p. 37).. Em outras palavras, ele é a referência a uma normalidade que orienta as diferentes estratégias da alteridade. O esquema abaixo representa quais são essas estratégias (LANDOWSKI, 2002, p. 39):

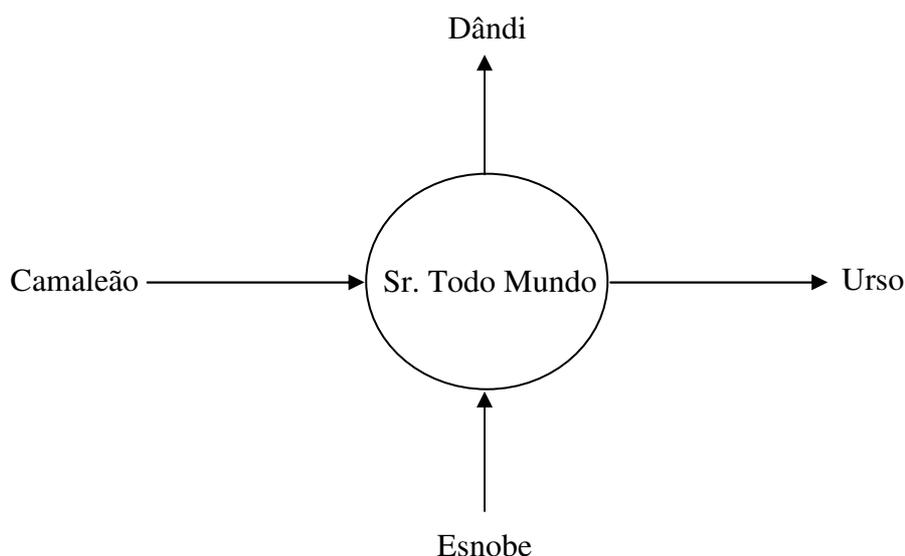


Figura II: Estratégias de alteridade

O esnobe é aquele que almeja se tornar parte do grupo de referência e é também figurativizado como um migrante social, pois procura apagar as marcas de sua origem, visando a uma total aderência ao grupo do “Sr. Todo Mundo”. Em outras palavras, o esnobe é

aquele que se conforma aos valores de referência da sociedade receptora. Já o dândi é aquele que procura transcender, ultrapassar o grupo de referência para se tornar distinto pelas suas próprias qualidades, diferentes das constitutivas do padrão de referência e de quaisquer outros grupos.

O camaleão é aquele que, como a própria figura do animal, visa constantemente o objetivo de um dia poder “ser ele mesmo”, não se constituindo assim em identidade ou alteridade absolutas. Por isso, ele detém traços tanto da identidade quanto da alteridade, podendo circular entre ambas, sem aderir totalmente a nenhuma das duas. Enquanto isso, o urso permanece indiferente às representações em jogo, pois se satisfaz com a sua própria imagem, independente das demais figuras sociais e das pressões que sofre para assimilar-se ou para integrar-se ao grupo de referência.

A relação entre as duas tipologias pode se apresentar de duas maneiras: a primeira é a da conformação, ou seja, os dois quadrados podem ser homologados termo-a-termo. É o caso, por exemplo, do discurso de assimilação do Outro, que não encontraria qualquer resistência, pois essa alteridade desejaria ser assimilada. O mesmo pode ser dito para um discurso de exclusão, em que o Outro também desejaria ser excluído de qualquer tipo de relação com a identidade e também com os outros conceitos. Na segunda forma de relação das tipologias, haveria uma certa forma de “conflito” - possibilidade apontada pelo próprio Landowski (2002, p. 51). Em outras palavras, um discurso de assimilação encontraria uma alteridade que “quer ser segregada” ou excluída, e um discurso de exclusão se relaciona com a alteridade que quer ser assimilada. Desse desacordo entre identidade e alteridade, surgiriam novas significações que não estariam previstas nos discursos em conformação, uma vez que cada conceito da tipologia da identidade e da alteridade produziria distintas manipulações e programas narrativos, que dependem dos objetos de valor em jogo.

Por isso, veremos nesses discursos, em que o desacordo entre identidade e alteridade está presente, como o conceito de intolerância pode ter uma determinada função. Para embasar nossa tentativa de adequação desses conceitos ao quadro teórico da semiótica, apresentaremos algumas reflexões acerca da tolerância e da intolerância presentes em diversos autores.

Bobbio (1992, p. 206) faz uma distinção interessante dos conceitos de tolerância e de intolerância, que nos parece pertinente pela sua operacionalidade:

- tolerância positiva:

Entendida desse modo [mal menor ou mal necessário], a tolerância não implica a renúncia à própria convicção firme, mas implica pura e simplesmente a opinião (a ser eventualmente revista em cada oportunidade concreta, de acordo com as circunstâncias e as situações) de que a verdade tem tudo a ganhar quando suporta o erro alheio, já que a perseguição, como a experiência histórica o demonstrou com frequência, em vez de esmagá-lo, reforça-o.

- intolerância positiva: “severidade, rigor, firmeza, qualidades todas que se incluem no âmbito das virtudes” - tolerância negativa: “indulgência culposa, de condescendência com o mal, com o erro, por falta de princípios, por amor da vida tranqüila ou por cegueira diante dos valores” (BOBBIO, 1992, p. 210); - intolerância negativa: aquela que se fecha em suas certezas, que não se abre para a perspectiva do outro, construindo então uma imagem negativa daquele que não tem as mesmas perspectivas do intolerante.

Rouanet (2003, p. 03) também nos apresenta algumas definições: “a intolerância pode ser definida como uma atitude de ódio sistemático e de agressividade irracional com relação a indivíduos e grupos específicos, à sua maneira de ser, a seu estilo de

vida e às suas crenças e convicções”. E ainda: “a intolerância se caracteriza pela incapacidade de descentramento, de empatia com o ponto de vista do outro”.

Para se opor à intolerância, Rouanet (2003, p. 03) propõe uma nova postura das pessoas: “passagem para um estágio mais civilizado e menos mecânico de convívio das diferenças. Penso que as diferenças deveriam conversar entre si, rompendo sempre que possível a camisa-de-força da cultura e da religião”. Assim, segundo Rouanet, “é preciso passar de uma ética da tolerância, em que as diferenças coexistem, para uma ética do reconhecimento mútuo e da interpenetração” (idem, *ibidem*). Podemos entender as palavras de Rouanet como sendo uma nova proposta para as relações sociais, ultrapassando o próprio conceito de tolerância para chegar a um conceito de solidariedade.

Para outro autor, Paul Ricoeur (2000, p. 20), há dois elementos necessários para a existência da intolerância: o primeiro é a reprovação das crenças e convicções do outro e o segundo, o poder ou a capacidade de impedir o outro de exercer e viver suas convicções e crenças. O primeiro elemento é a configuração do preconceito e o segundo, um poder-fazer associado à intolerância. Por isso, a intolerância não poderia existir sem o preconceito e sem o poder necessário para sua realização.

Já Hérítier (2000, p. 24) procura as causas da intolerância, entendida como a exclusão e a eliminação de grupos sociais, ou ainda a rejeição e a exclusão do outro a partir de uma idéia de pureza e unicidade (de qualquer natureza) caracterizadora da identidade:

Um arraigado mecanismo da intolerância e do racismo, inerente à questão da pureza do sangue, consiste na convicção de que os outros não pensam, não sentem, não reagem como nós (qualquer que seja esse ‘nós’), que nos consideramos a essência da humanidade e da civilização.

Por isso, o outro é sempre transformado em um objeto, ou seja, perde o seu estatuto de sujeito, de ser humano. Essa transformação implica uma operação de hierarquização da categoria humana, ou seja, aquele que é identificado como o outro, ou como o diferente, é automaticamente classificado negativamente pelo intolerante, ou seja, é considerado de baixo valor em uma “escala social”. Segundo a autora, “(...) a lógica da diferença não deveria acarretar, automaticamente, nem a hierarquia, nem a desconfiança, nem o ódio, nem a exploração, nem a violência” (HÉRITIER, 2000, p. 27) A hierarquização estaria, assim, associada ao preconceito pré-existente à intolerância.

Da mesma forma que a intolerância é fundada em um crer em si mesmo e em seus valores, a tolerância deve se caracterizar pela fidúcia, em que deve “reinar a confiança e a tolerância em relação ao outro” já que “*todos os humanos sem exceção são definidos como homens*” (HÉRITIER, 2000, p. 27 - grifo da autora,).

Pudemos observar que os autores citados têm uma percepção em comum: a intolerância é basicamente um fazer. Pode ser um processo de exclusão, extermínio, eliminação do outro, sempre que se puder fazer isso. Esse fazer, em nossa perspectiva teórica, é um fazer malevolente, marcado passionalmente, ou seja, um querer fazer mal a um outro, a uma alteridade.

Por conseguinte, a tolerância é definida, por Bobbio e os outros autores, como um modo de ser: a aceitação do outro, uma postura passiva em relação à alteridade. Em outras palavras, a tolerância é um modo de ser benevolente, também marcado passionalmente, é um querer fazer bem ao outro mas sem chegar a fazê-lo, e fundado na fidúcia de que fala Hérítier. É por isso que um autor como Rouanet propõe uma ultrapassagem do conceito de tolerância, para chegar a uma interação efetiva com o outro.

Baseados nessa ultrapassagem do conceito de tolerância, pensamos também no conceito de solidariedade. Ela seria então o fazer que se contrapõe à intolerância: um fazer benevolente, que pressupõe o querer fazer bem ao outro, ou seja, a tolerância.

Não podemos deixar de considerar também o preconceito que, segundo nossa leitura do texto de Ricoeur, seria uma primeira condição para o surgimento da intolerância. Contudo o preconceito não se confundiria com a intolerância, porque esta necessita do poder para realizar o seu fazer malevolente. Assim o preconceito, tal qual a tolerância, seria um modo de ser (e não de fazer), ou seja, um modo de ser malevolente, na medida em que constrói negativamente a imagem do outro a partir de uma interpretação disfórica². O preconceito é um modo de ser passional, em que se quer fazer mal ao outro, mas não se faz porque não há condições para isso.

Trataremos, neste trabalho, apenas dos conceitos de intolerância e, em menor grau, do preconceito. Precisamos, por isso, examinar mais detalhadamente como esses dois conceitos podem ser utilizados no nível narrativo: a intolerância está associada à manipulação e à sanção, enquanto o preconceito está relacionado à modalização e ao estado passional do sujeito.

A intolerância ocorre como uma nova interação entre os sujeitos, após o fracasso de uma primeira tentativa de manipulação, ou seja, quando há uma “discordância” entre o destinador-manipulador e o destinatário-sujeito, no que se refere aos valores propostos no processo de manipulação, e a conseqüente negação do destinatário em aceitar esses valores. Dessa forma, podemos entender a intolerância como uma nova forma de manipulação, não por sedução ou tentação, mas por intimidação, na qual o destinatário-sujeito deve-fazer o que é proposto, ou deve-ser outro.

Quando o destinador-manipulador aparece, por exemplo, com a proposta de uma assimilação do Outro (destinatário) e este se configura como uma alteridade que quer se manter segregada ou excluída, ou seja, como um sujeito que permanece em não-conjunção (ou mesmo em disjunção) com os valores do destinador-manipulador, só restaria ao destinador-julgador sancionar negativamente o fazer do Outro. Essa sanção negativa seria a segunda forma de intolerância, na qual o sujeito seria considerado incompetente e receberia uma sanção negativa.

Vemos, desse modo, que a intolerância decorre também da sanção aplicada pelo destinatário-julgador ao fazer do sujeito que, em geral, contraria sua expectativa no contrato fiduciário estabelecido anteriormente. É a partir dessa negação do contrato, por parte do destinatário, que se constrói a imagem negativa do imigrante e o fazer malevolente característico da intolerância.

Assim, o que era considerado um destinatário-sujeito passa a ser visto como um anti-sujeito, que é dotado de outros valores e competências modais, próprias para a realização de um outro programa narrativo, contrário ao programa proposto pelo destinador-manipulador. Para “combater” esse anti-sujeito, atribuem-se os valores (modais e descritivos) a um novo sujeito, que visará à anulação do fazer do anti-sujeito. O modo como se configura a questão da intolerância, em qualquer uma de suas outras formas (racial, lingüística, religiosa etc), nos leva a considerá-la também como uma paixão de ação: como o Outro não se identifica com os valores apresentados, o sujeito (a sociedade e o Estado) passa a um fazer malevolente, ou seja, visa a prejudicar esse Outro que não aceitou o contrato fiduciário proposto (BARROS, 1988, p. 66-8).

Dessa forma, só resta ao actante denegado (o destinador) reconstruir o seu simulacro e o simulacro do Outro em um novo contrato e, conseqüentemente, em novos programas narrativos: o que antes era (ou poderia ser) considerado um sujeito do programa narrativo passa então a ser, após a recusa da assimilação, um anti-sujeito.

². Esperamos que esteja claro que restringimos semanticamente o sentido da palavra “preconceito”.

Nossa análise focará principalmente a construção da imagem negativa do imigrante alemão e a crítica do autor sobre a tolerância do governo brasileiro em relação a esse grupo.

Críticas ao modo de ser dos imigrantes: alertas a respeito da “ameaça alemã”

Inicialmente, para construir a imagem do alemão, o autor retomou fatos históricos, por meio da interdiscursividade³, falando sobre a invasão de império romano pelos bárbaros teutos. Ele estabeleceu um paralelo entre o que ocorreu no império romano e o que estava acontecendo no Brasil de seu tempo. Veremos, então, como o autor recorreu a esses acontecimentos históricos para justificar sua preocupação com a integridade da nação brasileira:

Os *cimbros e teutões* demandaram as terras que se lhes antolhavam maravilhosas do sul, regiões amansadas pelo colosso romano. Dahi por deante, durante quatro seculos, os germanicos fôram-se lentamente escoando pelos membros extensos do imperio [romano]. Metteram-se por todas as províncias, como hoje se mettem pelo nosso Brasil meridional, fazendo protestos de paz.

Desde então, os dias de Roma estavam contados, e os vencedores, os destruidores, os herdeiros do imperio só não eram conhecidos dos cegos optimistas, dos patrioteiros de vistas curtas, que não falham nunca entre os povos que vão morrer (ROMERO, 1910, p. 119-20).

O autor utiliza também o recurso da intertextualidade para reforçar a imagem negativa do alemão na História. Para isso, cita um trecho de Amiano Marcelino, para mostrar como o povo alemão se infiltrou de modo dissimulado no império romano, para poder conquistá-lo e destruí-lo, e outro de Sinésius, no qual se revela a ameaça decorrente da presença desses estrangeiros em território romano.

No texto de Amiano Marcelino, vemos como esses “bárbaros” estariam travestidos de aliados do imperador Valente, para conquistar a sua confiança.

Quando os mensageiros vieram ter com o imperador, os cortezãos applaudiram; enalteceram a felicidade do principe a quem a fortuna trazia recursos inesperados e de tão longínquas regiões. Um bom ajuste devia ter imediatamente logar. O exercito romano ia ficar invencivel com a incorporação de tantos estrangeiros; o tributo que as provincias deviam em soldados, convertido em ouro, augmentaria indefinidamente os recursos do thesouro, o imperio ganharia segurança e riqueza. O imperador firmou a convenção, estipulando a admissão dos barbaros. Enviaram-se immediatamente numerosos funcionarios para ordenarem o transporte: teve-se muito cuidado para que um só destes *destruidores do imperio* não

³. Para examinar o uso de citações, recorreremos aos conceitos de intertextualidade e interdiscursividade. “A intertextualidade é o processo de incorporação de um texto em outro, seja para reproduzir o sentido incorporado, seja para transformá-lo” (Fiorin, 1999, p. 30), ou seja, é quando ocorre uma transcrição ou citação de um texto em outro texto como uma forma de argumentação. Na intertextualidade, a relação entre os textos é explícita, ou seja, há sempre uma “marca” no plano da expressão. A interdiscursividade, por seu turno, “(...) é o processo em que se incorporam percursos temáticos e/ou figurativos, temas e/ou figuras de um discurso em outro” (idem: 32), isto é, na interdiscursividade a relação entre os discursos se apresenta apenas no plano do conteúdo e é toda e qualquer relação semântica estabelecida entre discursos, seja para negá-los (relação polêmica), seja para aceitá-los (relação contratual).

ficasse da outra banda, ainda que estivesse atacado de moléstia mortal. Dia e noite, em cumprimento da ordem imperial, essa plebe truculenta, apinhada em barcas, taboas, troncos de arvores, foi transportada para cá do Danubio. A pressa era tamanha que varios morreram afogados. Tanta azáfama, tanto trabalho para introduzir o flagello e a ruina do mundo romano!... (Amiano Marcelino, *apud* ROMERO, 1910, p. 120-1).

Esse trecho do texto de Amiano Marcelino nos mostra que os alemães seriam adjuvantes do programa narrativo do império romano por aderirem ao exército: “O exercito romano ia ficar invencível com a incorporação de tantos estrangeiros”. Essa admissão só seria possível pela tolerância do destinador, que ainda auxiliaria os estrangeiros por conta de sua imagem positiva. Entretanto, ao final do trecho citado, há uma sanção que indica o verdadeiro perigo dessa presença dentro do império romano. O texto de Sinésius se refere mais explicitamente a esse perigo gerado pela presença alemã:

Quando se imagina, escreveu elle, o que póde emprehender, num momento de perigo para o Estado, uma mocidade estrangeira, numerosa, formada por leis diversas das nossas, tendo outras idéas, outros costumes, é *mistér haver perdido toda a previdencia para não tremer...*
(...)

Appareça-lhes a mais leve esperanza de victoria, e *havemos de ver que tenebrosos pensamentos alimentam em segredo nossos defensores de hoje...* Os barbaros são hoje tudo; sejam pois, de tudo afastados. Sejam para elles inacessiveis as magistraturas e especialmente a dignidade senatorial, honraria suprema dos romanos... (Sinésius, *apud* ROMERO, 1910, p. 121-2).

Esse trecho de Sinésius é explicitamente intolerante com a presença de estrangeiros em solo romano, uma vez que eles eram portadores de valores muito distintos dos valores vigentes na sociedade em que vivia. Além disso, o autor não acreditava na possibilidade de sua assimilação. Muito pelo contrário, os estrangeiros poderiam dominar tudo a qualquer momento, pois estariam apenas aguardando o momento certo para agir por seus interesses e orientados por seus valores de origem.

A estratégia argumentativa da citação de um discurso alheio tem como objetivo os argumentos de autoridade. Nesse texto, o argumento vem confirmar que o caráter de conquistador de terras é algo intrínseco ao alemão desde tempos remotos. Ao operar uma debreagem enunciativa de segundo grau, para instaurar um outro discurso, o sujeito da enunciação mostra que não se trataria apenas de uma mera opinião presente no texto, pois nele se compartilharia o mesmo ponto de vista de outros autores que desvelaram o “real” caráter do povo alemão.

Por esses fragmentos recuperados pela intertextualidade, é possível vislumbrar alguns pontos em comum entre o que ocorreu no império romano e a situação brasileira daquele momento: a idéia generalizada de que o estrangeiro era uma espécie de solução para os problemas internos e a certeza dos autores (Amiano Marcelino, Sinésius e Silvio Romero) de que o alemão seria, na realidade, o portador do que de pior poderia ocorrer nas nações que os receberam.

O texto mostra que no esquema de manipulação está presente uma forma de construção mentirosa (parecer/não-ser) do destinatário-alemão, que acaba por falsear a manipulação do destinador-governo brasileiro. O sujeito-alemão, após aceitar o contrato fiduciário proposto, realizaria um programa narrativo que não havia sido estabelecido com o destinador-governo brasileiro, mas sim com um outro destinador: a nação alemã, portadora dos valores germânicos. Em outras palavras, o alemão apenas pareceria assumir o contrato

fiduciário com a sociedade brasileira, mas não o assumiria de verdade. Dessa forma, há uma primeira sanção positiva ao fazer do sujeito-alemão que, depois, revelaria seu “verdadeiro” fazer e, por consequência, viria uma sanção negativa.

Essa sanção construiria, no nível discursivo, as seguintes figuras do alemão: um indivíduo dominador: “Mas, para gente de tal vitalidade, de tão intenso impeto de expansão, é pouco [ocupar uma vasta porção da Europa Meridional]” e ganancioso: “Mas não bastava; novas incursões teriam de ser feitas. Os *cimbros e os teutões* demandaram as terras que se lhes antolhavam maravilhosas do sul, regiões amansadas pelo colosso romano” (ROMERO, 1910, p. 119). Além de serem dominadores e gananciosos, os alemães seriam também enganadores (mentirosos) e usariam sua força somente após conquistar a confiança daqueles que os aceitaram em seus domínios. Os alemães fingiriam ser aliados do país que os recebesse para, depois de estabelecidos, tomarem as terras para si. Vemos então, nesse ponto do texto, uma relação entre o parecer e o ser: os alemães pareceriam confiáveis, mas na realidade não seriam confiáveis. Com essa dissimulação, os alemães não necessitariam de um “confronto” direto para conquistar seu objeto pois, ao enganar aquele que os acolhe, poderiam mais facilmente conseguir o que desejavam.

Um outro exemplo de dissimulação dos alemães é encontrado no episódio envolvendo o Dr. Jannasch, representante do governo alemão e “um dos taes que influem nas Associações de Emigração, em Berlim” (ROMERO, 1910, p. 153).

O Dr. Jannasch propusera ao colono alemão, como uma espécie de destinador-manipulador dos destinatários-imigrantes, um programa narrativo no qual o alemão, sem deixar suas origens culturais, interagiria com a sociedade brasileira para auxiliar no desenvolvimento econômico dos dois grupos (esse programa narrativo seria equivalente ao conceito de camaleão).

O dr. Jannasch pronunciou um brilhante discurso no qual *aconselhou os seus patricios a se unirem aos brasileiros e especialmente aos rio-grandenses, condemnando abertamente o preconceito nativista e o exclusivismo que separa as raças e separa os homens, quando a verdade é que a civilização moderna procura reuni-los pelo desenvolvimento commercial, artistico, scientifico e marítimo* (Sinésius *apud* ROMERO, 1910, p. 155 - grifo do autor)

Silvio Romero julga o dito do Dr. Jannasch como um fazer dissimulador, ou seja, como um parecer-ser que, a partir do fazer interpretativo do autor, revela-se como um parecer-não-ser (mentiroso). No nível discursivo, as palavras do funcionário do governo alemão são caracterizadas como uma dissimulação construída por lugares comuns “amados pelos nossos patricios”: “*fraternidade dos homens, patria universal, progresso de todos, paz geral, chimera do perigo allemão, inventado pelos anglo-americanos, que nos querem conquistar...*” (ROMERO, 1910, p. 153 - grifo do autor). As palavras do Dr. Jannasch serviriam apenas para enganar a sociedade e o governo brasileiro. Os alemães fingiriam se solidarizar com os brasileiros e, conseqüentemente, não existiria distinção entre as nacionalidades, nem relações excludentes, já que todos estariam aparentemente imbuídos do mesmo objetivo: o progresso econômico do Brasil.

Para o autor, esse funcionário de Berlim quis dizer que os alemães deveriam tolerar os brasileiros (e não o contrário). Dessa maneira, os imigrantes não deveriam renegar a sua língua e suas tradições germânicas:

Chegou, fallou, aconselhou aos *seus patricios que não fôssem nativistas, que não fossem exclusivistas contra os brasileiros*: mas que, nessa meia união com os nossos patricios, não esquecessem suas tradições,

sua língua e até a sua musica... (Sinésius, *apud* ROMERO, 1910, p. 153 - grifo do autor).

O trecho acima revela a intolerância do autor (ao sancionar negativamente o dito de Jannasch) em relação ao imigrante alemão. Para Silvio Romero, uma “meia união” não serviria à nação brasileira, pois o imigrante manteria os seus valores de origem, o que renunciaria a possibilidade de realizar seu “verdadeiro objetivo”: a tomada das terras brasileiras. Por isso, a única possibilidade de convivência com os imigrantes seria por meio da assimilação, para que eles não se tornassem um perigo para o país. A assimilação significaria, por conseguinte, a eliminação de todo e qualquer valor advindo dos alemães.

Para Silvio Romero, era preciso realizar uma análise do “estado de espírito” dos colonos alemães assentados no Brasil, para conhecer os motivos que nortearam a vontade de não quererem ser assimilados pela sociedade brasileira. Como o autor já havia dito, esses imigrantes se caracterizavam pelo “(...) aferro que mostram por sua linguagem e tradições, que não trocam pelas nossas, a língua é uma dellas e da maior importância” (ROMERO, 1910, p. 147). Por isso, era preciso entender como a língua, as tradições e os costumes eram os principais elementos de coesão social do grupo imigrante alemão, coesão que impediria a assimilação dos imigrantes pela sociedade brasileira.

A manutenção de seus valores originários é uma das características de um modo de ser alemão, segundo o autor, que desde tempos remotos não teria mudado, como mostrou o exemplo do império romano. Esse modo de ser estaria relacionado com a idéia de construção de nação, com a qual os alemães estariam fortemente ligados. Por isso, mesmo distantes de sua terra natal, todos eles manteriam seus valores originais: “Declararam-se herdeiros e continuadores do imperio e constituíram o Santo Imperio Romano Germanico, que durou seculos e anda reproduzido, para os bons patriotas, no imperio da Allemanha actual.” (ROMERO, 1910, p. 122).

Um grupo coeso e unido em torno de certos valores teria muito mais chances de sucesso, em sua empreitada de estabelecer um novo Estado, do que um grupo sem essas características. Segundo o autor, a grande questão para os imigrantes alemães era a conservação do *Deutschtum*, ou seja, do germanismo, entendido como o conjunto de elementos que constituem o caráter alemão: língua, história, religião etc.

Independente de sua condição material, o alemão preservaria os sentidos culturais que remeteriam à sua origem. Há uma citação do *Jornal do Commercio*, de 06 de janeiro de 1907, que serve para reafirmar seu ponto de vista:

(...) o allemão conservou no paiz adoptivo a piedosa e indestructivel fidelidade á terra natal, aos usos e costumes do norte, a sua língua, as suas tradições, e, ao contrario do que succedeu nos Estados-Unidos, onde o elemento nacional absorvera por completo o elemento estrangeiro, no Brasil, depois de muito mais de meio século de residência no paiz, aquelle colono é ainda hoje tão profundamente allemão como o que primeiro aqui aportou de Hamburgo ou Bremen à cata de pão e trabalho (*Jornal do Commercio, apud* ROMERO, 1910, p. 144-5).

Segundo o texto, a assimilação não estava sendo realizada, por um lado, por responsabilidade do governo brasileiro e, por outro, pela resistência gerada por causa da forte ligação do imigrante com seus valores de origem. O sujeito-alemão se configuraria, então, como um anti-sujeito que romperia o contrato fiduciário estabelecido anteriormente com o destinador “sociedade brasileira”, para revelar sua verdadeira face: a do conquistador de terras descrito pela História. O destinador-julgador do fazer do sujeito-alemão mostra que ele não

mais realizaria o fazer estabelecido anteriormente e seria, por essa razão, um anti-sujeito passível de punição por parte do destinador-julgador.

Por manter os elementos que constituem sua nacionalidade, seu “sentimento de pertença”, o sujeito-alemão realizaria um outro programa narrativo, a partir de um contrato fiduciário estabelecido com o destinador “nação alemã”. Decorreria daí o verdadeiro fazer do alemão, fazer “denunciado” e “revelado” pela sanção presente no texto: a constituição de um estado alemão no sul do Brasil, que seria também independente da Alemanha, mas, segundo o autor, teria o seu suporte financeiro e cultural. Um dos elementos que permitiria a realização de tal fazer seria a língua, com duas funções distintas: a língua seria um elemento de coesão social e cultural do grupo alemão e delimitaria as relações entre os alemães e os brasileiros.

Essa crítica ao modo de ser dos alemães era baseada não apenas em relatos históricos, mas também na maneira como se relacionavam com os demais povos. Eles não estariam interessados nos acontecimentos sociais e políticos do Brasil. Além disso, não queriam se relacionar com os brasileiros, porque tinham deles uma imagem negativa e porque estavam à espera do “Novo Estado Alemão”

A realidade não são as palavras doces do governo allemão, habil em contemporizar, nem as dos seus súbditos de cá, esperando o momento azado; a realidade são os desaforos da *Panther*, são os emissarios despachados para as colonias, quasi todos os annos, para animar os patricios, que devem crescer e proliferar, até chegar a occasião de se fundar o *Novo Estado*, na phrase de meu amigo Koseritz (ROMERO, 1910, p. 138).

Além do forte apego do alemão aos seus valores de origem, ele encontraria no Brasil um ambiente extremamente favorável à manutenção desses valores. Sendo assim, não se submeteria a qualquer tentativa de assimilação por parte do governo ou da sociedade brasileiros e poderia, sem grandes interferências, manter a sua língua e a sua cultura.

Em particular, o sul do Brasil torna possível e garante a *preservação da lingua, costumes e educação allemães*, visto como a *sua população é muito numerosa e illustrada*, para poder desviar a emigração allemã da sua nacionalidade, ao mesmo tempo que o elemento allemão já tem adquirido ahí uma poderosa situação. De facto, os 250:000 allemães que actualmente residem nas provincias meridionaes do Brasil, *conservaram-se até hoje allemães*, contraste agradável com os nossos patricios na America do Norte, que rapidamente succumbem á superioridade do anglo-saxonismo. (Gazeta de Noticias, *apud* ROMERO, 1910, p. 133-4).

O trecho acima nos revela que o comportamento do alemão é de quem procura manter os traços caracterizadores de sua diferença em relação à sociedade receptora, e pode ser homologado como o conceito de urso. Assim, as pressões assimiladoras da sociedade e do governo brasileiro (se existissem) encontrariam resistências nos alemães por conta de sua ligação com os valores de origem. A crença do alemão em sua superioridade racial e cultural era um dos motivos pelos quais os alemães não aceitavam a interação com os brasileiros e, muito menos, sua assimilação pela sociedade brasileira.

(...) consciencia de sua superioridade de raça sobre o elemento indigena ‘falso, ignorante e indolente’, que elles desprezam, com o qual não fazem liga e de quem só querem a terra, que é generosa e capaz de produzir todos os fructos da cultura europea (...)” (Jornal do Commercio, *apud* ROMERO, 1910, p. 145).

Dessa forma, a postura superior que o alemão mantém em relação ao brasileiro é característica da figura do dândi. Afinal, sentir-se diferente e querer manter-se nessa condição é um dos traços que constitui o estilo de vida dessa figura da alteridade. Esse modo de “isolamento” por meio da língua e dos costumes, considerados superiores, gerava o desinteresse dos alemães em manter relações com os brasileiros. Considerar-se superior significa colocar o outro como inferior. Era essa a imagem dos brasileiros construída pelos alemães, no dizer de Silvio Romero.

Ainda tratando da relação entre os alemães e os brasileiros, o texto mostrou que o imigrante alemão só conhecia dois tipos de brasileiro, o serrano e o funcionário público: o serrano era indigente, ignorante e preguiçoso, indigno de estabelecer relações comerciais com os alemães. E o funcionário público, acomodado, corrupto, não-ético e pouco profissional. Mesmo generalizada, essa era a imagem dos brasileiros construída pelos alemães. Por isso, os alemães desprezavam os brasileiros, tanto que, segundo o texto, eles não aceitariam ser governados por “mulatos” (denominação dos alemães para os brasileiros). É dessa forma que age o grupo que se considera superior: disjunto totalmente do grupo de referência (ou seja, do grupo majoritário), paira acima dos valores da sociedade que o acolhe.

Mais um exemplo dessa característica do grupo alemão pode ser encontrado em um acontecimento envolvendo o Dr. Frankenberg, professor da Escola Normal de Porto Alegre, que recitava um “Hino Nacional Brasileiro” escrito em tom irônico e na língua alemã, e que fora publicado pelo jornal *Gazeta de notícias* (em 15 de julho de 1886). O “Hino” é anterior (14 anos) ao texto de Silvio Romero. A citação desse texto serviu também para o autor mostrar que a imagem de inferioridade que os alemães construíram dos brasileiros era muito mais antiga do que se poderia supor. Apresentamos abaixo o referido texto:

HYMNO NACIONAL BRASILEIRO

Tens feijão preto e milho, tens xarque e toucinho em abundancia, tens as mais grossas batatas; - Brasil, que queres ter mais?
Tens quantidade de vinho nacional, fabricas de cerveja e licores Christoffel, Rapp, Becer e Campani; - Brasil, que queres ter mais?
Quão bons seriam os caminhos, comtanto que não chovesse, e no emtanto são pântanos e buracos; - Brasil, que queres ter mais?
Como formigam os bandalhos e ladrões, isso que chamamos em allemão – militares, esses devem defender a patria; - Brasil, que queres ter mais?
Os pequenos garotos são presos, os grandes vivem ás soltas e mesmo teem títulos pomposos; - Brasil, que queres ter mais?
Tens três partidos, ó miseria! Esses amarguram-te a vida, tens mesmo Martim de prata; - Brasil, que queres ter mais?
E dividas, e dividas, e dividas, sugam-te os cofres de um todo, e estás dirigido para o abysmo; - Brasil, que queres ter mais? – Anastasius Blau (*Gazeta de Notícias apud Romero, 1910, p. 151*).

Por esse texto (que por si só valeria uma análise mais detalhada), é possível vislumbrar que o alemão “invasor” reconhecia as riquezas das terras brasileiras, mas não poupava os brasileiros de críticas irônicas, não apenas para mostrar a sua superioridade, mas principalmente para mostrar que o caráter brasileiro era defeituoso, pois o povo não sabia explorar adequadamente as riquezas naturais do país, ou seja, o brasileiro seria um sujeito incompetente, desprovido das modalidades ligadas ao fazer.

Uma outra justificativa para essa ambição germânica pelo solo alheio seria o fato de a Alemanha ser a única potência européia sem colônias na Ásia e na África. A forma de conquista com o uso de imigrantes e, portanto, sem um conflito armado direto, seria uma

maneira de evitar problemas com os EUA, a França e a Inglaterra (e a Doutrina Monroe). O programa narrativo do alemão viria assim suprir uma carência: a falta de terras para a exploração e também para a expansão do império alemão. O programa narrativo do imigrante alemão se configuraria então como um programa de espoliação: seu fazer visaria à obtenção do objeto-valor “terra”, que circularia entre os sujeitos, o alemão e o brasileiro.

Para reafirmar sua tese de que aos alemães só interessaria o solo brasileiro, o autor apresentou a transcrição de um artigo de Walter Kundt, autor de um livro sobre o Brasil (*O Brasil, sua importancia para o commercio e a industria allemães*, cujo trecho presente no texto de Silvio Romero fora traduzido pelo *Jornal do Commercio*). Nesse trecho se criticava a Doutrina Monroe e se estabelecia uma hierarquia dos povos: (1) os mais inteligentes para resolver problemas econômicos; (2) os incapazes de aproveitar os recursos naturais, isto é, os latinos; (3) os que não possuem terras suficientes para suprir suas necessidades econômicas, isto é, os alemães, ingleses e norte-americanos e que, por isso, seriam “(...) chamados a recolher a herança do decadente mundo latino” e teriam “(...) todo o interesse em concertarem-se sobre o melhor processo de dividir entre si a tarefa” (*apud* Romero, 1910, p. 163).

Observamos nesse trecho a oposição entre a cultura alemã e a cultura latina. Mas, no discurso citado, a cultura alemã é a que contém os atributos eufóricos, que representam os valores do ator debreado no texto (Walter Kundt). Assim, enquanto a cultura alemã se construiria a partir do predomínio do fazer (conquista de terras, desenvolvimento da economia), os latinos seriam aqueles sujeitos dotados do não- poder-fazer e do não-querer-fazer:

(...) povos a quem o territorio nacional não offerece campo suficiente para a satisfação da sua actividade e que estão chamados a realizar, nos paizes da ultima das categorias supracitadas, aquillo que os habitantes desses paizes não quizeram ou não puderam fazer (Kundt *apud* ROMERO, 1910, p. 163 – grifo do autor).

Essa última citação presente no texto de Silvio Romero serviu para confirmar o que o autor vem apontando, desde o início de seu texto, a respeito da “ameaça alemã”. Os latinos eram considerados incapazes de cultivar adequadamente suas terras e, portanto, restaria aos alemães e aos demais povos anglo-saxônicos conquistar ou tomar essas terras para produzir alimentos e para ampliar o alcance territorial de seu império.

Podemos ver, assim, duas posturas dos alemães em relação aos brasileiros: de um lado, queriam se manter segregados, no plano cultural, por preservar os seus valores e por considerá-los melhores do que os dos brasileiros (a convivência forçada seria um “mal menor” para os alemães). Por outro lado, os alemães desejavam excluir-se, no plano econômico, por se considerarem melhores trabalhadores do que os brasileiros. Por conseguinte, os valores brasileiros, econômicos (relacionados ao fazer) e culturais (ligados ao ser), são considerados inferiores e inapropriados para os alemães.

Silvio Romero reconstruiu, baseado em “fatos históricos” e em “informação jornalística”, o caráter alemão. Assim, o autor apontou a todos o que ele considerava uma grande ameaça ao país: a perda das terras ao sul do país. Para comprovar sua percepção, o autor mostrou que os alemães sempre foram unidos em torno de seus valores e eram ambiciosos conquistadores de terras, utilizando como procedimento de conquista a dissimulação. Os imigrantes alemães que vieram para o Brasil não difeririam de seus antepassados remotos, uma vez que seus valores, seu caráter e sua língua não haviam mudado. Por isso, devia-se atentar para o fato de os alemães se manterem tão apartados dos brasileiros, considerados por eles inferiores, por não saberem explorar adequadamente suas terras e por não desenvolverem seu país.

Silvio Romero estaria, portanto, prestando um serviço ao país ao apontar o projeto dos alemães. Caberia ao governo brasileiro tomar as providências necessárias para que esse projeto não se concretizasse. Contudo, segundo o autor, não era isso o que estava ocorrendo. Por esse motivo, nesse mesmo texto, encontramos uma crítica do autor ao governo brasileiro de seu tempo, críticas que examinaremos a seguir.

Críticas ao governo brasileiro: quando a tolerância é um mal para o país

O autor utilizou a situação dos alemães no Brasil para criticar também a tolerância do governo brasileiro em relação a esses imigrantes. Para iniciar essa crítica, ele comparou a situação dos imigrantes alemães nos Estados Unidos e no Brasil, para mostrar e defender a tese da tolerância excessiva e indevida do governo brasileiro.

Segundo o texto, nos Estados Unidos, o imigrante alemão deixava de usar a sua língua de origem para utilizar o inglês. Nos Estados Unidos “os allemães, uma vez estabelecidos, não ficam mais allemães de nação. (...) A lingua allemã continúa a servir aos paes; os filhos nascem americanos e, depois de uma ou duas gerações, os descendentes allemães não sabem mais fallar a lingua de seus maiores” (ROMERO, 1910, p.125). Já no Brasil não se falava o português nas colônias alemãs, mesmo depois de inúmeras gerações terem nascido no país, ou seja, “*uma exceção, uma só, a unica em todo mundo de um paiz estranho onde os descendentes dos emigrantes allemães conservam o uso completo, exclusivo de sua lingua: é no sul do Brasil...*” (ROMERO, 1910, p.127-8 - grifo do autor).

Para o autor, o governo brasileiro não atentava para o fato de que o uso da língua alemã pelos imigrantes era uma demonstração da “fraqueza” do próprio Estado brasileiro. Exemplo de “fraqueza” reforçada por essa comparação com a situação dos alemães nos Estados Unidos, onde, em sua segunda geração, os alemães já estavam assimilados (a prova, segundo o autor, seria o fato de os descendentes de alemães nos EUA não utilizarem mais a língua dos pais).

Por muito tempo, bem pouca atenção se prestou a essas comunidades longínquas, que se consideravam como perdidas para a mãe-patria. Entretanto, importantes colonias germanicas conseguiram formar-se no Brasil meridional e, differentemente de todas, que se espalharam nos Estados-Unidos e na Australia, - sabe-se que estas ultimas se deixam promptamente assimilar; ellas teem mantido aqui, de modo notavel, a sua originalidade. As colonias ruraes conservam o seu caracter distincto, principalmente as que se estendem na vertente da Serra Geral. A lingua allemã, na qual se introduziram alguns termos portuguezes, é a unica usada, e as mais das vezes a unica comprehendida. (Jornal do Commercio, *apud* ROMERO 1910, p. 139).

Como dissemos, a ameaça alemã se caracterizaria principalmente pela manutenção dos traços culturais, graças principalmente ao uso da língua alemã nos núcleos coloniais localizados no sul do Brasil, manutenção possibilitada pela tolerância do governo em relação a esses imigrantes. Fica implícita, assim, a necessidade de o governo brasileiro tomar atitudes restritivas para impedir a realização do objetivo desses imigrantes: tomar a região sul do país e transformá-la em um Estado Alemão nos trópicos.

O autor citou um trecho de um jornal gaúcho (não nomeado), de 18 de julho de 1904, para demonstrar a sua tese sobre a tolerância indevida do governo brasileiro em relação aos alemães:

(...) o presidente do Estado [rio-grandense] *declarou não pedir aos alemães que renunciem á sua pátria, ás suas tradições e á sua língua*; pelo contrario, é que honrem a terra de origem, porque assim honrarão também o Rio Grande (Jornal do Commercio, *apud* ROMERO, 1910, p. 155 – grifo do autor).

O regime tolerante do governo brasileiro, apontado por Silvio Romero, pode ser homologado como o regime de admissão de Landowski, no qual as diferenças da identidade e da alteridade co-existiriam sem grandes problemas. Nesse regime, a identidade e a alteridade se equivaleriam, sem qualquer tipo de estratégia ou conflito para uma se sobressair em relação à outra. Contudo, essa tolerância inapropriada do governo, no texto analisado, seria a tolerância negativa de que fala Bobbio.

Enquanto em muitos países a língua era considerada um elemento de assimilação de estrangeiros e de representação de uma identidade nacional, no Brasil, segundo Silvio Romero, só havia “retóricas e parlatices”, ou seja, a língua portuguesa não era considerada, pelo governo, como um elemento pertinente para a formação da nação brasileira, para a constituição da identidade nacional, ou seja, a língua não era considerada um valor. O governo não agia em prol de seus interesses e era tolerante com certos comportamentos lingüísticos estrangeiros. Mantinha uma postura de abertura dos portos aos imigrantes e a possibilidade de constituição de núcleos coloniais homogêneos e afastados dos grandes centros urbanos sem exigir como contrapartida a assimilação. É por causa dessa tolerância que haveria o perigo de o Brasil perder os estados do sul para a população alemã já estabelecida nas colônias.

Caso o governo permanecesse cego aos “movimentos” dos alemães no sul do país, o resultado final seria a constituição de um estado alemão, em cujo território as pessoas só falariam alemão. Em outras palavras, se o destinador-julgador (o governo brasileiro) não realizasse a interpretação correta do fazer do sujeito-alemão, e desvelasse o seu caráter de anti-sujeito, haveria a possibilidade de perder o objeto-valor em jogo (as terras brasileiras) para um anti-sujeito. Assim, os governantes brasileiros, “cegos” pelo simulacro construído pelos alemães, caracterizado pela dissimulação, só tomariam consciência dos riscos de sua tolerância e do grave problema gerado pela presença dos alemães quando já fosse muito tarde. Essas críticas do autor são, a nosso ver, uma forma de provocação ao seu destinatário (o governo brasileiro), ou seja, o autor manipula o governo com o saber, para levá-lo a querer e a dever-fazer (desenvolver práticas menos tolerantes ou mesmo intolerantes em relação aos imigrantes alemães). Em outras palavras, o governo deveria tratar de “assimilar” os alemães, no aspecto cultural e lingüístico.

Com a tolerância do governo brasileiro, os alemães só não teriam ainda tomado as terras ao sul do Brasil porque não tinham contingente populacional suficiente para essa empreitada. Os alemães ainda não eram um sujeito plenamente potencializado para construir um novo Estado. Como ainda eram poucos em solo brasileiro, eles ainda não poderiam realizar seu programa narrativo. Para o sujeito-alemão, faltaria a modalidade do poder-fazer, sendo dotado apenas do querer e do saber-fazer.

Com o aumento da população germânica, fosse com novos imigrantes, fosse com os descendentes que preservariam sua língua e sua cultura em solo brasileiro, os alemães poderiam executar o seu programa narrativo. Dessa forma, seria possível, finalmente, realizar o programa narrativo principal dos imigrantes: o estabelecimento de um Estado alemão independente na região sul do Brasil. Como já dissemos, ao negar os valores da sociedade brasileira, o alemão se apresentaria como um sujeito do fazer de um outro destinador-manipulador, a nação alemã, dotado de todas as modalidades necessárias para a conjunção com o seu objeto-valor: a independência geográfica, econômica, social, cultural e lingüística.

A primeira etapa desse programa seria a supressão de uma falta, decorrente da ausência de terras na Alemanha, cujo programa seria o de espoliação das terras brasileiras (etapa que já estaria em desenvolvimento). Conquistado o seu objeto-valor inicial, o alemão passaria então a um outro programa narrativo: o aumento da população germânica em terras brasileiras, onde se “atualizariam” as competências modais do sujeito alemão para conseguir uma nova conjunção. Por fim, haveria o rompimento do contrato fiduciário estabelecido com o governo brasileiro, ao iniciar-se seu programa narrativo principal: a instauração de um Estado independente. Nessa última etapa, ocorreria a passagem do que parecia ser a adesão do alemão ao programa do governo brasileiro, no qual as diferenças co-existiriam, para um programa de exclusão dos alemães, no qual as diferenças estariam totalmente disjuntas, e assim os valores germânicos predominariam, sem outros valores concorrentes.

Conclusão

O enunciador constrói o *ethos* de um sujeito esclarecido e sabedor, que aponta os fatos que muitos outros não queriam e não podiam ver e saber: a cobiça dos alemães pelas terras ao sul do país e o conseqüente projeto de conquistá-las (“não se póde marcar nelle o lugar em que se prende o caso brasileiro; quero dizer: o que em meio das aspirações allemãs representam as suas colonias do Brasil...”) (ROMERO, 1910, p. 123 - grifo do autor).

Por meio de uma série de estratégias argumentativas (citações, comparações e exemplos), o texto mostra como se configurou a ameaça ao Brasil: o alemão, de caráter conquistador, possui uma estratégia de dissimulação de sua verdadeira intenção, a de conquistar, a partir da infiltração no país por meio da imigração, as terras ao sul do país. Um dos elementos primordiais para o sucesso dessa estratégia seria a manutenção de seus traços culturais e lingüísticos de origem.

O texto realizou uma dupla interpretação: a do verdadeiro fazer dos alemães e a do fazer-interpretativo do governo brasileiro. Podemos afirmar que o autor não tolerava a maneira como os alemães viviam no Brasil. Criticou o seu modo de ser e construiu uma imagem negativa do caráter germânico (ambicioso e dissimulado). Criticou também o governo brasileiro de sua época por aceitar e incentivar esse tipo de imigrante sem se ater à questão da assimilação e aos aspectos culturais trazidos pelos alemães.

Uma intolerância mais relacionada aos aspectos lingüísticos ocorreu a partir do momento em que o autor apontou duas funções da língua alemã: a primeira como um dos elementos que reforçaria a coesão social e cultural dos alemães no país e a segunda como elemento de separação e distanciamento entre alemães e brasileiros. Essas duas funções serviram para reforçar a imagem negativa de quem quer se manter segregado (porque considera seus valores melhores do que os dos brasileiros) e quer ser excluído (porque acredita ser superior ao brasileiro no plano econômico), para poder executar um plano que seria ruim para o Brasil. Silvio Romero não chegou a propor soluções para o problema por ele apontado, mas deixou explícito que o governo deveria ser mais “firme” em sua relação com o grupo alemão, que demonstrava no mínimo uma indiferença pelo governo e pelos brasileiros ao usar a língua alemã.

Esse texto manifesta, ainda, o preconceito lingüístico porque o autor considera negativo o uso de uma língua diferente da utilizada no Brasil, pois reconhece a língua como uma instância portadora de elementos que definem e unem um determinado grupo social que não é o dele. Além de outras formas de intolerância, o texto também apresenta a intolerância lingüística, porque Silvio Romero não admite o uso da língua estrangeira em solo brasileiro (nem a presença de valores trazidos com a língua estrangeira).

Para o autor, a língua nacional é um dos principais elementos da identidade nacional e está relacionada com a questão da integridade nacional. A sua crítica ao governo brasileiro era justamente a da “desvalorização” da língua nacional e da tolerância em relação à língua dos alemães (entre outros valores), o que poderia acarretar a perda da hegemonia sobre o território nacional.

As previsões de Silvio Romero não se concretizaram e os estados do Sul continuam como parte da federação. Além disso, os descendentes de alemães se integraram à sociedade (sem serem forçados a isso) e mantiveram ainda muitos valores e costumes de seus antepassados. De qualquer forma, acreditamos que isso não invalida a nossa proposta de análise, pois a intolerância e o preconceito relacionados aos imigrantes é bastante atual, mas sempre esteve presente desde tempos remotos.

Referências Bibliográficas

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso**. São Paulo, Editora Atual, 1988.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1992.

FIORIN, José Luiz. “Polifonia textual e discursiva”. In: **Dialogismo, polifonia, Intertextualidade**. Barros, D.L.P. ; Fiorin, J.L. (Orgs.). São Paulo, EDUSP, 1999.

HÉRITIER, Françoise. “O eu, o outro e a intolerância”. In: **A Intolerância**. Barret-Ducrocq, F. (org.). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do outro**. São Paulo, Editora Perspectiva, 2002.

RICOEUR, Paul. “Etapa atual do pensamento sobre a intolerância”. In: **A Intolerância**. Barret-Ducrocq, F. (org.). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

ROMERO, Silvio. “O Allemanismo no sul do Brasil”. In: **Provocações e debates: contribuições para o estudo do Brasil social**. Porto, Imprensa Moderna, 1910.

ROUANET, Sérgio Paulo. “O Eros da Diferença”. In: Folha de São Paulo Acesso em 09 fev. 2003.